

JOSÉ CRISTIAN GÓES

cristiangoes_brasil@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL /
UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL

JORNALISMO, A TORÇÃO DOS SILÊNCIOS E DAS PALAVRAS: O CASO DA CPLP NO BRASIL

RESUMO

Em julho de 2016, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) completou 20 anos que foi institucionalizada. Em uma investigação sobre esse período em dois dos principais jornais brasileiros, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* percebemos que essa comunidade lusófona, da qual o Brasil é parte importante, praticamente não existiu naqueles periódicos. Foram raras as notícias sobre a CPLP. Sugerimos que essa constatação exige um pensar mais aprofundado sobre a ideia de lusofonia e de comunidade, e que nos impõem considerar em nossas pesquisas sobre elas um caminho teórico-metodológico que se apresenta incontornável: a análise crítica da história.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo; CPLP; lusofonia, história

1. INTRODUÇÃO: OUTRAS CAMADAS NO JORNALISMO¹

Este trabalho é parte de um esforço que busca perceber a existência de outras camadas que, aparentemente, estariam em invisibilização em meio às teias construídas pelo jornalismo. De saída, sugerimos pensar em um conceito de jornalismo entendido como uma das experiências narrativas que se realizam nas relações sociais, sempre marcadas por tensões políticas. Em outras palavras, não concebemos o jornalismo como um objeto emissor de informações que estaria abrigado em empresas, aprisionado em suportes ou como resultante de práticas profissionais. Propomos

¹ Este artigo integra uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no Doutorado em Comunicação na UFMG, e que conta com bolsa CAPES para realizar estágio doutoral sanduíche na Universidade do Minho, em Portugal.

pensar o jornalismo como uma experiência social que faz emergir um ambiente de visibilidades inteligíveis.

Ao realizar a seleção de um número pequeno de acontecimentos e indicar uma leitura interessada do mundo, apresentando-o de forma sucinta e completa, o jornalismo ilumina uma diminuta fração do que há. Isso implica afirmar que essa ação produz mais sombras do que luzes, mais silenciamentos do que dizeres, mais invisibilizações do que a parte da superfície clareada. Como a seleção do visível é parte de uma opção política na construção de sentidos e significações, as sombras, os silenciamentos, os invisíveis também são elementos constitutivos dessa mesma construção. Ou seja, estamos tratando do visível e do invisível, do falar e do calar, de uma mesma estratégia, de uma mesma prática corrente no jornalismo que, em nosso entender, carece de maiores análises, principalmente quanto ao silenciar e pôr em invisibilização.

Para discutir essas questões propomos observar um exemplo concreto: a cobertura realizada pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, periódicos de maior circulação diária no Brasil², sobre a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – e os temas que lhe circundam. Em 17 de julho de 2016, essa comunidade completou 20 anos que foi oficializada. O Brasil é um dos seus membros destacados, tem a maior população do mundo a falar Português e realizou esforços para a institucionalização dessa entidade. Além do Brasil, os países que têm a língua portuguesa como idioma oficial e são membros efetivos da CPLP são: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe, na África; Timor Leste, na Ásia; e Portugal, na Europa.

A questão inicial que nos mobilizou foi saber como o Brasil, por meio dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, noticiou nas últimas duas décadas essa comunidade da qual é parte. O objetivo foi tentar perceber os processos de visibilizações, de silenciamentos e de invisibilizações. A investigação foi realizada a partir dos acervos digitalizados das edições impressas desses dois periódicos. O período observado foi de 1º de julho de 1996 a 31 de julho de 2016, e utilizámos as seguintes expressões chaves: (1) CPLP, (2) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, (3) lusofonia, (4) países lusófonos e (5) nações lusófonas. Como o objetivo era saber a ação direta do jornal sobre a CPLP, definimos uma única categoria intitulada de *registros* para abrigar as notícias, as entrevistas e os editoriais. Excluimos, portanto, artigos de opinião, notinhas de articulistas, cartas do leitor e publicidades.

² Em 2015, a *Folha de S. Paulo* obteve circulação diária, em média, de 335,9 mil exemplares, ocupando a primeira colocação entre os jornais brasileiros. Na segunda posição ficou *O Globo*, com 311,2 mil jornais postos em circulação em média diária (Mídia Dados Brasil, 2015).

Antes de avançarmos para apresentar esse levantamento, consideramos como ação fundamental refletir sobre as relações entre jornalismo e silêncio e a construção do silenciamento. Não propomos uma tese sobre o silêncio e nem sugerimos uma teorização sobre o visível e o invisível. Nosso objetivo é refletir sobre jornalismo e a sua relação com o silêncio e com as palavras, principalmente fazendo um esforço para perceber as várias camadas que trançam um mesmo objeto, mas que algumas delas podem ser alvos de silenciamentos e de invisibilizações. Ou seja, buscamos indagar como o jornalismo maneja os silêncios e as palavras construindo um quadro de dizeres e de silenciamentos, de visibilizações e de invisibilizações, conformando, assim, uma inteligibilidade – que imaginamos apenas existir no visível – sobre uma pequena parte dos acontecimentos.

2. SILÊNCIO E SILENCIAMENTO

O jornalismo é, sem perder a dimensão material encarnada nele mesmo, um dos modos sociais das experiências narrativas do mundo e que nos envolve enquanto sujeitos, como agentes e como pacientes em um mesmo processo. Contudo, o jornalismo não age sozinho, não define a realidade por si só. Ele mescla-se a outros operadores sócio-simbólicos, de acordo com Maurice Mouillaud (1997). Nessas condições, o jornalismo realiza-se nas relações e interações sociais, sem estar acorrentado aos produtos e as empresas. A *notícia*, nesse caso, é uma indicação verbovisual que poderá ser negociada em meio a uma proposta de diálogos e que fará parte de uma complexa teia conjuntural de forças e interesses políticos, culturais, econômicos a apontar, inclusive, para fora dela, e para além da órbita do próprio jornalismo.

Como as mediações sociais são assimétricas e instáveis, e abrigam outros operadores, é preciso considerar um jogo de forças atuando com intensidade na experiência do jornalismo. Essas disputas passam, necessariamente, por um regime de seleções em que o poder se exerce na escolha do que será dito e visto e, também, na triagem de tudo o que deve ser excluído, posto às sombras, silenciado, não visto. É nessa outra face, aparentemente oculta no mesmo rosto de um objeto, que localizamos a importância de discutir o jornalismo como um dos operadores dos silêncios e das palavras, isto é, como um dos construtores de silenciamentos.

Não há abundantes referências bibliográficas sobre o silêncio e, de modo especial, quando se busca discutir o silêncio no jornalismo. Alguns

autores (Merleau-Ponty, 1991; Novaes, 2014; Orlandi, 2007; Wolff, 2014, entre outros) apresentam instigantes reflexões sobre o silêncio, notadamente nos campos da filosofia, da linguagem, da história e, nesse trabalho, vamos utilizar algumas delas. Uma questão que parece incontornável é que, aparentemente no jornalismo – um dos lugares da narrativa, da expressão, do visível – parece não existir espaço para o silêncio. Entretanto, nossa proposta é pensar o contrário: para o jornalismo e para todas as expressões, o silêncio é um objeto central porque é constituinte das próprias linguagens, até mesmo antes delas, como uma espécie de *estágio zero*, uma respiração que antecede à expressão, um *algo* que precede a ideia de ruído. Contudo, o silêncio não é apenas um antes, ele continua a atravessar obrigatória e permanentemente as expressões, as linguagens em suas manifestações e, até depois delas, o silêncio se mantém. Maurice Merleau-Ponty (1991) afirma que o silêncio deve ser considerado antes das palavras e, mesmo depois delas, porque ele continua a rodeá-las.

O que estamos dizendo é que o silêncio é requisito dos sentidos e das significações de um *todo dizer*. Ele é medular para a inteligibilidade que, no caso do jornalismo, é fundamental. Ou seja, as expressões exigem o silêncio, nada se poderia dizer e ver sem ele. Adauto Novaes afirma que o silêncio é “parte do homem, dos fenômenos e do próprio fenômeno da fala” (Novaes, 2014, p. 20). O silêncio compõe, atravessa, recorta as experiências expressivas, dando ritmo, contornando e entornando as palavras, as imagens. Argumenta Eni Orlandi que o silêncio é como “o fôlego da significação; um lugar de recuo necessário para que possa significar” (Orlandi, 2007, p. 13). Exemplificamos esse silêncio como o quase imperceptível espaço entre as letras de uma palavra, ou as notas musicais de uma partitura, mas um espaço essencial para fazer com que a palavra seja palavra, e a música seja música.

Curiosamente, para falar do silêncio usamos a palavra, a linguagem, a expressão, isto é, recorremos a um lugar onde estaria ilusoriamente o dizer dos sentidos, aliás, de todo o sentido. Por isso, as palavras, as expressões verbais parecem ter uma força superior ao silêncio, predominando-a sobre ele, relegando ao silêncio uma falsa sensação de subordinação e de uma mudez, de um grande vazio. De forma pertinente, lembra-nos Francis Wolff, que o silêncio “é sempre signo, mas nele mesmo nada significa (...) ele é ausência de som e presença de sentido” (Wolff, 2014, p. 50).

Quando recorremos à História, percebemos que o homem tomou a palavra como uma forma de libertar-se do silêncio da matéria, o que nos

transformou em seres de linguagem. Ocorre que agora, na contemporaneidade, o excesso de fala “nos convida a pensar o contrário – o silêncio – como uma forma de sobrevivência da experiência” (Novaes, 2014, p. 17). Nesse quesito, propomos um esforço para realizar um exercício inverso: não imaginar o silêncio como uma *falta*, um vazio, uma negatividade, mas pensar nas linguagens como excessos (Orlandi, 2007).

Lembra Giacoia Júnior que vivemos em uma “sociedade tagarela”, em que a maioria de nós exerce “a compulsão pela tagarelice”, em que não podemos ficar em calados. Nesse caso, a ausência da expressão pode implicar solidão, medo do esquecimento e do desaparecimento, por isso agarramo-nos “ao ininterrupto ruído circundante e tranquilizador, entregando-nos sem pudor a toda distração e anestésico, à voraz tagarelice universal” (Giacoia Júnior, 2014, p. 84).

Por agora, o que nos interessa é observar a fina linha não separativa entre silêncio e silenciamento, compreendendo este último como um calar que muitas vezes se faz passar por silêncio, mas ele é a ação-efeito da manipulação do silêncio, o agir e ao mesmo tempo o seu resultado que ocorre, na maioria das vezes, de forma sutil. Em algumas pesquisas no jornalismo, por exemplo, existe alguma confusão entre silêncio e silenciamento, que são tomados como sinônimos. Contudo, o que chama atenção é que a grande maioria das investigações nesse campo emprega grande valor no que está dito, no visível, nas respostas das entrevistas, nos números encontrados, nas imagens, nos sons, nas performances. Há uma espécie de lógica que mantém a força do dito sobre o silenciamento que, nesse caso, pode-se até imaginar que o objeto não dito sequer tenha existido.

Isso ocorre porque o jornalismo tem vocação tagarela, não como excesso a devorar silêncios, porque os silêncios continuam sustentando as marcas verbovisuais, mas como um espaço que se apresenta completamente preenchido por uma única possibilidade expressiva, como o lugar do *todo*. Contudo, além do silêncio, o jornalismo guarda inúmeros silenciamentos que estão nos enquadramentos, agendamentos, nas notícias propostas, mas também circulam fora de suas indicações de mundo. Assim, sugerimos que o jornalismo é uma experiência a torcer, a manusear, a manipular os silêncios e as palavras, e que resulta em silenciamentos e invisibilizações. Utilizamos a ideia de uma torção vinda da física, em que um objeto recebe uma força de rotação e esse movimento acaba deformando o próprio objeto, geralmente em sentido inverso ao que existia antes da torção, ou seja, teremos por meio da torção, inevitavelmente, outras percepções sobre o objeto.

Quando recorremos ao silêncio e às palavras, estamos dizendo que o silenciamento não se realiza somente por meio das ausências, do apagar, do impedimento, de *fazer não existir*, mas também se configura por um único falar, por uma intensificação tagarela de um mesmo dizer, impedindo que se diga e veja de outras formas, por uma produção expressiva que dificulta avançar para além das superfícies, criando, assim, uma espécie de simulacro de visibilização social. Outra questão pertinente e que na sequência deixaremos mais clara é o equívoco em fazer uma imediata associação entre silenciamento e censura. A torção dos silêncios pode ocorrer de forma mais sutil que uma ordem direta e autoritária, implicando várias estratégias, e não apenas negativas.

3. POR AUSÊNCIA E POR PRESENÇA

Metodologicamente não existe possibilidade de materializar o silêncio, o que seria o seu fim, uma ação fatal. No entanto, sugerimos que é possível perceber narrativamente os silenciamentos, seja em ordem direta, por exemplo, em razão de uma determinação autoritária de uma *cale-se*, e nesse caso, observar-se os efeitos dessa imposição; seja por ordem indireta, quando se responde a esse *se cale* com outras expressões, com respostas de desafio a essa determinação, até as formas mais sutis de resistência, inclusive de fuga.

O que é importante ressaltar é que não buscamos estabelecer juízos de valor ao tratar da torção dos silêncios e das palavras. O silenciamento gerado por ordem direta ou indireta pode ter um viés perverso e negativo, especialmente como um ato de censura ou através de outras formas de opressão, mas também pode ter uma perspectiva em que o *calar* é uma forma de resistência, de sobrevivência, de fuga. Por exemplo, em determinadas ameaças à vida, talvez seja estratégico para o momento silenciar e se manter vivo e lutar contra o jugo. Assim sendo, o silenciamento pode ser objeto de uma retórica concreta de dominação e guardar nela mesmo a sua força em sentido contrário, isto é, transformando-se em um dos modos de lutar contra essas mesmas opressões. Em todo o caso, sublinhamos que o silenciar é ação de poder, de um *poder* em Michael Foucault (1979), isto é, como aquela ação que proíbe, exercendo uma força de impedimento, que faz calar, sufocar, suprimir, mas também e, ao mesmo tempo, é aquele que faz resistir, reagir, incitar a romper determinada ordem. Se existe um silenciamento que apaga e que perversamente impede, há nele mesmo as condições e as forças de explosão dos seus limites.

Chamamos a atenção para o silenciamento além dessa condição autoritária, de censura direta e/ou indireta, e também como forma de resistência. O silenciar, em questão pelo jornalismo pode se construir “pelo vazio enorme, pela tagarelice ensurdecidora de todos que se lançam numa corrida desenfreada e feroz para dizer e repetir a mesma coisa”, segundo análise de Frédéric Gros (2014, p. 329). Parte da ação do jornalismo pode ser caracterizada como tagarela, que não constrói silenciamentos somente quando exclui, mas também a partir da intensa e única repetição de um falar e de um ver para, justamente, não dar a ver e não dar a falar. O jornalismo é, assim, um mecanismo da chamada “política do silêncio” (Orlandi, 2007, p. 24), em que “para dizer é preciso não-dizer”, em que a escolha e utilização de algumas palavras são o mesmo que excluir, apagar, esquecer, silenciar muitas outras palavras.

Essas reflexões levam-nos a sugerir dois modos de silenciamento a partir da ação política de torcer silêncios e palavras no jornalismo: o silenciar *por ausência* e o silenciar *por presença*. O primeiro realiza-se no *não dizer*, em um processo de mudez, de ausência, da não possibilidade de estabelecer alguma memória, de não construir uma lembrança. De fato, parece impossível lembrar-se e/ou relembrar-se de algo que não foi visto, que não foi dito. Esse é um silenciamento que age na torção de silêncios e de palavras no sentido de sufocá-las, de impedi-las e não permitir a emergência das expressões. Essa torção resulta em um texto que não existiu, em uma imagem que não se viu. É um silenciar que chamamos de *ausência*, que pode ser ou não deliberado, isto é, com *intenção de* ou não. Se a ação de manipular for nitidamente ostensiva, julgamos que ela pode ser equivalente à própria censura.

Além da ausência, reforçamos que existe um silenciar *por presença*, uma torção dos silêncios e das palavras a partir da imposição repetitiva de únicos dizeres, de únicas imagens. Esse silenciamento presente realiza-se por meio de uma mesma tagarelice desviante a produzir a impossibilidade de *não dizer* outros dizeres, de não permitir outras visões sobre o mesmo objeto, de não possibilitar enxergar outras camadas além da superfície. O silenciar por presença garante que outras alternativas ao plano retilíneo onde parece estar o *todo* possível estejam mudas e invisíveis no próprio objeto, um mecanismo de silenciamento sutil porque não é percebido como um silenciamento, muito pelo contrário.

Investigar esse fenômeno no jornalismo ajuda a perceber os limites da linguagem, a ultrapassar suas fronteiras, apontando outros sentidos

para fora das indicações mais languageiras e tagarelas, desconstruindo uma visão única, limitada, parcial, reduzida dos objetos. É aqui que sugerimos que a ação do silenciar ou a ação do torcer silêncios e palavras deixa *rastros* (Ginzburg, 2007), a exemplo de expressões indutivas, omissões, supressões que podem ser objeto de narrativas para desvelar essas torções.

O silenciamento move-se sob tensão permanente, entre propostas narrativas que buscam organizar, controlar, determinar sentidos e significações; e, ao mesmo tempo, sob forças propulsoras que podem romper esses limites, apresentando outras interpretações ainda não ditas e não vistas. O jornalismo participa desse jogo, como uma experiência narrativa, operando silêncios e palavras, construindo socialmente silenciamentos, seja por *ausência* e/ou por *presença*. Como proposta de algum tipo de mediação social, essa experiência narrativa que é o jornalismo é parte de uma *cultura do silenciamento*.

Esse percurso encaminha-nos a perceber o processo da construção, por meio do jornalismo, da *invisibilização* que acontece com a intensificação dos modos repetitivos do silenciar, seja por ausência, seja por presença. Em outras palavras, o silenciamento é uma ação corriqueira, de caráter pontual, e seus pontos necessariamente não estão atrelados uns aos outros. Além disso, o silenciar sobre determinado objeto é uma ação claramente transitória porque as forças para rompê-lo estão ali presentes, e parecem estar sempre na iminência de violar as regras do calar, essa é uma linha extremamente tênue. No entanto, se esse silenciamento se arrastar por um longo período, se as forças de resistência não conseguirem enfrentá-lo e denunciá-lo, e se os vários pontos dos silenciamentos não forem ligados proporcionando uma inteligibilidade narrativa sobre o calar, esse *não dizer* pode sugerir uma ideia de completa ausência, uma não existência instalada, fazendo o não dito parecer algo *natural*, um *efeito verdade* que busca dar a forma ao *todo* visível, pelo invisível.

Diante desse último quadro temos uma invisibilização, ou seja, um fenômeno mais amplo que o silenciamento. Contudo, é preciso deixar nítido que a invisibilização também jamais estará consolidada. Ela não terá estabilidade porque esse processo – de experiência narrativa - ocorre nas relações sociais, um ambiente de constantes tensões e jogos de poder. Por isso, e não por coincidência e nem mera retórica, utilizamos sempre a expressão *invisibilização* em lugar de *invisibilidade*, em razão de essa última indicar uma situação dada e estável, o que, de fato, não acontece.

4. A INVISIBILIZAÇÃO DA CPLP

Sobre o silenciamento e a invisibilização passemos a perceber um caso concreto. Em 2016 a CPLP completou 20 anos de oficialmente criada. Buscamos saber como os jornais brasileiros *Folha de S. Paulo* e *O Globo* noticiaram essa comunidade em suas duas décadas. Vejamos sinteticamente alguns argumentos para que os temas envolvendo a CPLP merecessem algum tipo de agendamento nesses dois periódicos: (1) a língua comum ou assemelhada entre nações e regiões dessa comunidade e que ajuda a dar sentido à ideia de lusofonia; (2) as histórias profundas e entrelaçadas entre os países da CPLP; (3) os povos lusófonos são parte constitutiva deles mesmo, isto é, todos têm amarrações diferentes a um mesmo tronco identitário; (4) os 20 anos da institucionalidade da CPLP, que certamente registrou ações de chefes de Estados e de Governos, o que geraria, por si só, várias coberturas jornalísticas; (5) o Brasil é o maior país de língua portuguesa do mundo e teve uma participação efetiva na criação da CPLP. Apesar dessas e de muitas outras relações históricas e identitárias, nossa investigação apontou um amplo silenciamento nos jornais brasileiros e, em razão da reincidência em duas décadas, também sugerimos existir um processo de invisibilização da CPLP nas páginas dos dois maiores periódicos do Brasil.

O fato é que nos 20 anos de notícias diárias na *Folha de S. Paulo* e em *O Globo*, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa praticamente não existiu. O levantamento revelou apenas 95 pequenos registros na *Folha* (Gráfico 1) e somente 93 em *O Globo* (Gráfico 2).

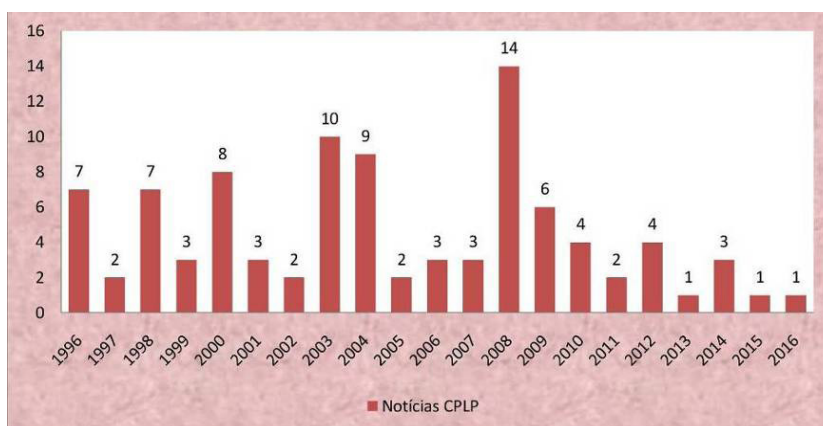


Gráfico 1: Registros na *Folha de S. Paulo* em 20 anos da CPLP

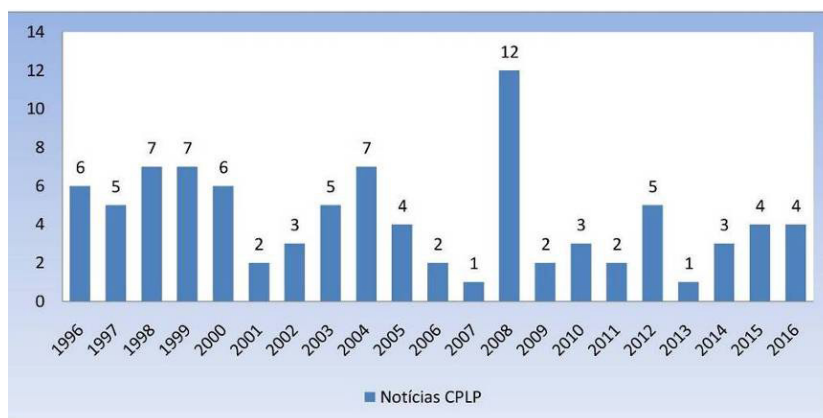


Gráfico 2: Registros em O Globo em 20 anos da CPLP

Esses números revelam um silenciamento reiterado, um esquecimento insistente, uma ausência que se renova ano a ano e que vai configurar um quadro maior: a invisibilização dessa comunidade no Brasil. Nesse caso, podemos falar de uma invisibilização por ausência que constitui um ambiente inteligível, dando forma ao que *não existe*, partilhando essa ausência com seus leitores. Esses poucos registros na *Folha* e em *O Globo*, em um período tão longo, não possibilitam construir referências no que existe, não permitem emergir elementos para uma memória, não autorizam falar em conhecimento de uma comunidade. As notícias sobre a CPLP foram diluídas por entre dias, meses e anos entre as centenas de milhares de páginas desses jornais. Foram mais de 6.935 edições em cada um deles nessas duas décadas. Em *O Globo*, em média, foram somente 4,8 pequenas notícias por ano. Na *Folha de S. Paulo*, essa média ficou em 4,9. Ou seja, a lusofonia vista por meio dos dois maiores jornais do Brasil não atendeu a critérios de noticiabilidade, ao contrário, transitaram em um ambiente de *não-noticiabilidade* (Góes & Antunes, 2015).

Nos dois jornais chamou atenção o ano de 2008 porque houve uma alta fora da curva. Naquele ano, o Parlamento português aprovou uma nova versão de Acordo Ortográfico a ser utilizado na comunidade. Essa ação repercutiu no Brasil. Além disso, o presidente brasileiro Lula da Silva sancionou esse acordo, mas que até hoje não vigora de forma plena. Além dessas notícias, também ocorreu à intensificação de conflitos em Timor Leste. Entretanto, no geral, as notícias sobre essa comunidade foram raras e *perderam-se* em meio às milhares de páginas da *Folha*, periódico com o slogan “Um jornal a serviço do Brasil”, e *O Globo*, que é parte de um dos

maiores grupos de comunicação do mundo, as Organizações Globo. Em resumo, há uma significativa ausência de notícias, de reportagens e de entrevistas sobre essa comunidade.

Não cabe justificar que a CPLP não pautou os jornais. Essa alegação não se justifica plenamente porque é o jornal quem pauta, agenda, seleciona; e porque essa entidade realizou várias atividades, inclusive no Brasil, que poderiam ter recebido a cobertura dos dois jornais brasileiros, o que não aconteceu. Através do documento oficial *18 anos CPLP: os desafios do futuro* (Ilharco & Murargy, 2014), pode-se verificar que nos primeiros dez anos dessa entidade foram realizadas mais de 150 ações, a exemplo de encontros, missões diplomáticas, assinatura de acordos, mas as notícias nesses jornais foram raras no mesmo período. Nem mesmo quando o Brasil comandou a CPLP (2000 e 2001) houve agendamento dessa comunidade.

Diante da constatação dos poucos *registros* em 20 anos da CPLP, que estudos sobre o jornalismo podemos utilizar para compreender esses silenciamentos e a invisibilização dessa comunidade? *Agenda-setting*? *Espiral do silêncio*? *Framing*? *Gatekeeping*? Critérios de noticiabilidade? Todos eles apresentam contribuições para pensar o jornalismo, mas no caso da torção dos silêncios e das palavras existem, em nosso entender, algumas lacunas que ainda exigem maiores reflexões. Vejamos, resumidamente, algumas considerações.

Mauro Wolf diz que os *critérios de noticiabilidade* formam um “conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que selecionar as notícias” (Wolf, 2009, p. 195). Apesar de discordâncias sobre as nomenclaturas, tem-se acordado que os critérios para que um evento tenha *status* de notícia são “relevância, atualidade, proximidade, conflito, desvio”, entre outros. É possível identificar o *não relevante*? Por que o *não relevante* foi silenciado? Por que eventos *atuais* são silenciados? Como acontecimentos tão próximos não são notícias e não se dão a ver, melhor, nem a existir?

Já o *agenda-setting* é um estudo que afirma que os sujeitos vão escolher os temas de suas conversas e tomar decisões a partir do que estão vendo, lendo e ouvindo nos média. O jornalismo, pela seleção, disposição e incidência dos assuntos, determinaria quais temáticas seriam públicas e publicadas, e como elas deveriam ser discutidas (McCombs & Shaw, 2000). Nessa perspectiva, ficam nítidas as *intenções* determinantes do agendar, de criar o visível, aquilo considerado importante e que será *consumido* pelas audiências. Todavia, o que podemos dizer das tantas ocorrências cotidianas que ficaram de fora da agenda? Considerando que o

volume de informações não aproveitadas é muito grande, poderíamos ter *outra agenda* reunindo o que não foi dito, não foi visto, ou melhor, o que foi silenciado? Como lidar com o *não agendado*? É possível pensar em uma agenda muda como resultado de uma ação política?

Próximo do *agenda-setting* surgiram formulações sobre a espiral do silêncio de Elisabeth Noelle-Neumann e os estudos sobre opinião pública. Nesse artigo, a ideia da espiral do silêncio até poderia contribuir, mas há fundamentos nela que impedem nosso aproveitamento. Antônio Hohlfeldt diz que Noelle-Neumann “destacava a *onipresença* da mídia como eficiente modificadora e formadora de opinião a respeito da realidade” (Hohlfeldt, 1998, p. 37). Essa teoria buscava provar que a influência da mídia sobre a opinião é vital, o que põe o jornalismo como centro determinante do pensar e do comportamento do público, questões em que não temos pleno acordo. Em geral, a tese é de que o sujeito que tem uma opinião sobre um determinado tema e que imagina que ela seja socialmente minoritária, procura ficar em silêncio, conformando-se com a opinião majoritária, ou seja, ele se cala com medo das reações negativas e do isolamento social.

Em nosso entender, a espiral trata de *silenciamentos* e, não, de silêncios. Depois, essa é uma perspectiva de forte viés psicológico, o que não é um problema em si, no entanto, seu foco está no público e no seu constrangimento, no medo, no comportamento, perspectivas que não analisamos na torção dos silêncios e das palavras. Reforçamos ainda que a teoria da espiral trata de um jornalismo transmissivo, dividido entre emissores que vão influenciar às opiniões dos receptores. Na espiral, além de o silenciamento ser objeto somente do receptor, parece não se avançar para perceber os mecanismos do silenciar construídos pelo jornalismo e que emergem nas relações.

Ainda há o *gatekeeping* que trata da seleção e dos fluxos de informações. Para esse estudo, as notícias, depois de selecionadas, apenas uma quantidade limitada chega ao público. As ocorrências que conseguem atravessar os *portões* dos mídia serão, assim, consideradas mais *relevantes*. O selecionador (emissor – organização e/ou o jornalista) não determina apenas as notícias, mas seus formatos e espaços que terão (Shoemaker & Vos, 2011). Entretanto, como lidar com as informações que não atravessaram os *gates*? Por que elas não tinham a condição de notícia? Por que os portões foram fechados? E o que ficou de fora, silenciado, perdeu-se?

Outro estudo importante sobre o jornalismo é o dos *frames*. Erving Goffman diz que enquadramentos são “princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais” (Goffman, 2012,

p. 34). Segundo esse autor, tendemos a perceber os eventos de acordo com enquadramentos que nos permitem responder: “o que está ocorrendo aqui?”. Neste enfoque, os *frames* consistem em marcos interpretativos gerais que asseguram às pessoas dar sentido às situações sociais. Os *framing* organizariam a realidade cotidiana. E o que dizer dos silenciamentos? Existe como enquadrar o que não foi dito? Ou tudo foi dito e foi visto? Há possibilidade do *frame* a partir do que foi sistematicamente silenciado ao longo do tempo? O que *não foi dito* pode ganhar algum tipo de moldura? Talvez a questão que temos que enfrentar diante do *frame* é: o que *não* ocorreu aqui? Ou, para nós, o que foi silenciado aqui?

5. PARA ALÉM DA AUSÊNCIA

Vimos que os silenciamentos e a invisibilização não se dão apenas pela torção dos silêncios, produzindo ausências. Os números das poucas notícias sobre a CPLP relevaram algum falar. Nesse caso, há também a torção das palavras que ocorre junto à manipulação do silêncio, porém ela se dará a partir da presença das expressões verbovisuais, do visível. É nesse sentido que o silenciar é uma ação que deixa *rastros* e, em nosso caso, as raras notícias sobre a comunidade nos dois jornais são um lugar dessas pistas. Acreditamos que o pouco publicado ajuda-nos a perceber as torções de silêncios e de palavras. Vejamos alguns exemplos, a começar pelo início da oficialização da CPLP porque ele revela como o país apresenta-se, quais suas intenções e como essa comunidade será tratada.

A 14 de julho de 1996, três dias antes da criação da CPLP, a *Folha de S. Paulo* traz: “FHC formaliza em Lisboa novo bloco” (Figura 1). O título mostra o protagonismo da gênese dessa entidade pelo presidente brasileiro, ou seja, é ele quem vai formalizar o “novo bloco”, e não o Brasil será inserido em uma comunidade como um dos seus membros. No texto da notícia, assinado por Clóvis Rossi, do conselho editorial do jornal, informa-se que o Brasil fará parte de mais um bloco internacional, a CPLP, mas que “não chega a ser um bloco potente nem tem as ambições comerciais do Mercosul”, escreve. Em seguida, revela-se que a intenção no bloco é “buscar apoios para a candidatura do Brasil a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas”, ou seja, “contar com o voto de cinco países africanos de língua portuguesa é sempre um ativo importante para a diplomacia brasileira, por pobres e fracos que sejam”.

Há nessa notícia uma série de silenciamentos. Não existe no texto nenhuma informação que convoque a história e as raízes identitárias entre

as nações lusófonas. Não se fala em lusofonia. A CLPL é apresentada como mais um bloco econômico, porém pobre, e que só interessa ao Brasil ali os votos dos países para que ele tenha uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU.



Figura 1: Recorte de notícia na *Folha de S. Paulo*
 Fonte: *Folha de São Paulo*, 14 de julho de 1996, p. 6

Em 15 de julho de 1996, o presidente Fernando Henrique concedeu uma entrevista ao jornal *Diário de Notícias*, de Lisboa. No dia seguinte, véspera da criação da CPLP, *O Globo* e a *Folha de S. Paulo* a reproduziram. Nela, FHC afirma que a “mentalidade caipira e provinciana” do brasileiro “rejeita a globalização” (Figura 2). O presidente-sociólogo explica que a “rejeição” dos brasileiros ao mundo globalizado é parte do “atraso civilizacional” do próprio povo, e isso é decorrente da “mentalidade caipira e provinciana”. Fernando Henrique, ocupando o cargo máximo de representação do Brasil e que está em Lisboa para a criação da CPLP, argumenta na entrevista que esse atraso e primitivismo estão explicados pela história, ou seja, que essa mentalidade caipira dos brasileiros é, “sem dúvida nenhuma, a variante da mentalidade crioula”, afirma ele. Também essa notícia apresenta silêncios construídos pela torção das palavras.

A entrevista do presidente Fernando Henrique faz emergir parte do processo de formação da nação brasileira em que se busca apagar índios e negros, seja pelos massacres, pela escravidão, seja pela mestiçagem no sentido de “embranquecer” o país, segundo as teorias racistas do século XIX. Índios, negros, mulatos, crioulos resistiram e tornaram-se presenças incômodas às elites nacionais. Como a CPLP é composta por maioria de países africanos ela é um problema a ser evitado, excluído, não apenas porque são pobres, mas porque os africanos nos fazem lembrar identidades em comum e as dívidas não quitadas em razão do todo período escravagista. Essa lógica apresentada pelo presidente alinha-se a uma espécie de síntese da identidade nacional como um *devoir*, isto é, associada ao *moderno*, que busca silenciar e apagar os traços de *atraso* (pobreza, escravidão, índio, negro, africano, caipira, crioulo), ao mesmo tempo em que busca acertar os passos com uma retórica civilizatória que se deslocou, com o avanço da globalização, da Europa para os Estados Unidos (Canclini, 1997).



Figura 2: Recorte de parte da notícia em *O Globo*
 Fonte: *O Globo*, 16 de julho de 1996, p. 3

Em grande parte das poucas notícias sobre a comunidade em seus 20 anos há tônicas únicas e recorrentes: a pobreza e a corrupção nos países africanos, o perigo das drogas e da imigração vindas da África, a ação neoimperialista brasileira e portuguesa junto as nações africanas, a parceria

ou o “compadrio” entre Brasil e Portugal. Essa é uma retórica pequena em volume, mas intensa e que parece obrigatória em quase todos os registros, o que silencia outros tipos de visões, de opiniões, de relações, por exemplo, identitárias que existem entre o Brasil e os demais países dessa comunidade, principalmente os africanos. Vejamos o caso da edição de 15 de julho de 1997 da *Folha de S. Paulo* quando a CPLP estava prestes a completar um ano de criada. O jornal lembrou esse fato – o aniversário de um ano – com uma pequena notícia sobre o “problema” dessa comunidade. O jornal traz um registro com um título enfático: “Africanos querem ter direitos iguais a portugueses no Brasil” (Figura 3). Informa-se no texto que os africanos querem que o Brasil estenda a eles o mesmo direito de livre circulação concedido a portugueses, isto é, sem necessidade de obter visto. A justificativa da *negação* desse direito aos africanos pelo Governo brasileiro, isto é, de igualar-se aos portugueses, era o tráfico de drogas que circula por meio da África. Vale ressaltar que a publicação dessa notícia na *Folha*, em lembrança ao primeiro ano da CPLP, foi feita na página de assuntos policiais.



Figura 3: Recorte de parte da notícia na *Folha*
 Fonte: *Folha de São Paulo*, 15 de julho de 1997, p. 4

Também em *O Globo* há uma notícia sobre a CPLP no exato dia em que ela completou um ano, e esse registro igualmente enfatiza a comunidade como problema. A notícia teve o título: “Países de língua portuguesa contra drogas” e também foi publicado na página dedicada a assuntos de crimes. Sobre a CPLP, a notícia conta que o Governo brasileiro quer formalizar um acordo na comunidade para combater o tráfico de drogas da África e que afetaria o mundo.

Os silenciamentos sobre as relações históricas e identitárias são gerais. Em 13 de abril de 1999, a *Folha de S. Paulo* trata da ida do presidente Fernando Henrique a Lisboa. Na notícia, o repórter diz que a visita “seria mais de compadrio, dado o relacionamento histórico entre os dois países, *não fosse o Timor Leste*” [grifo nosso]. O Timor Leste estava em luta pela independência contra a Indonésia e seus representantes cobravam o apoio. O Brasil foi o último país a se manifestar em favor de Timor. Nesse registro, a *Folha*, além de externar a relação de “compadrio” entre Brasil e Portugal, buscar fixar e apagar posições históricas e identitárias na CPLP, “que reúne além de Brasil e Portugal, as antigas colônias africanas de Portugal”. Ou seja, é como se o Brasil não figurasse como ex-colônia, condição que será ressaltada para Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, que não tem seus nomes registrados, apenas surgem como “ex-colônias africanas de Portugal”.

Em 20 anos, nos dois jornais, apenas encontramos um único editorial, que é a *fala* oficial do jornal, e que fez referências a CPLP. Em 06 de julho de 2010, *O Globo* publicou “A política externa das más companhias” (Figura 4). Nele, há uma dura crítica ao presidente Lula da Silva por ter aproximado o seu Governo com países africanos. O título do editorial já é um forte indicativo de juízo de valor e da lógica rejeição que serve ao silenciamento dessa comunidade.

A política externa das más companhias

Há poucos dias, ao receber em Brasília o presidente da Síria, Bashar Assad, o presidente Lula elogiou a contribuição de Damasco para a paz no Oriente Médio. Obviamente, essa contribuição só existe na cabeça dos ideólogos do Itamaraty do B, que seguem dando as cartas na diplomacia brasileira. Para eles, a crítica está em segundo plano e os fins justificam os meios. E assim o Brasil se afasta de sua tradição de equilíbrio na política externa.

Chocou o mundo, por exemplo, a reação do presidente Lula à morte do dissidente cubano Orlando Zapata, depois de longa greve de fome, que coincidiu com sua visita a Havana em fevereiro. Lula se deixou fotografar ao lado dos irmãos Castro, com cuja ditadura se mostrou solidário, e desmereceu a luta de Zapata e dos dissidentes cubanos por liberdade e democracia na ilha. Foi uma decepção para os que viam nele um defensor dos crite-

rios, como parecia ser desde sua campanha para erradicar a fome no mundo. Agora mesmo, o governo brasileiro segue em silêncio diante da morte iminente de

Guillermo Farfán, outro prisioneiro de consciência cubano em greve de fome há cem dias. Lula está empunhando um giro de dez dias por países africanos, no qual exige a desvalorização de sempre para tratar com ditadores. Como Okiang Nguema Mbasogo, há 31 anos no poder na Guiné Equatorial, país muito pobre mas que descobriu importantes reservas de petróleo nos últimos 15 anos. Em nome do pragmatismo e dos negócios, o governo brasileiro assinou um documento com o guineense, afirmando que ambos estão comprometidos com os direitos humanos e a democracia. Ora, só

mesmo como piada, pois Mbasogo é acusado de fraudar eleições e de reprimir com extrema violência a oposição.

Alcance mais grave foi Lula ter apoiado a reivindicação do ditador de ter sua nação acolhida na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O português é apenas a terceira língua falada na Guiné Equatorial (as primeiras são espanhol e francês) e a CPLP não deveria abrir suas portas para um ditador reeleito em 2009 com 95,8% dos votos válidos, e em cujo Parlamento 99% dos deputados são do partido do governo. Segundo os ideólogos do Itamaraty do B, a opção do Brasil é “por integrar, não isolar”. Belo discurso, mas há que ter limites, ditados pela ética e pelo bom senso. Foi o que faltou,

por exemplo, na aventura iraniana de Brasília — a decisão de, junto com a Turquia, levar adiante uma negociação com o Irã sobre seu programa nuclear, com o objetivo de impedir a adoção de sanções contra o país pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. O tiro saiu pela culatra, as sanções foram adotadas no dia seguinte e o Brasil ficou isolado. A Turquia tinha razões estratégicas próprias para seu voto. O Brasil, só ideologia terceiro-mundista da década de 60. Desta forma, Lula tem maltratado o prestígio conquistado nos últimos anos como líder de um dos países emergentes mais bem-sucedidos. Como tudo o que ele faz no plano interno tende a dar resultado — até porque ele se dissociou do que não dá —, o presidente passou a usar a mesma lógica na política externa. Mas, nesta, não há garantia de sucesso sem que princípios éticos e objetivos delineáveis sejam observados. Do contrário, o descrédito é certo.

Lula exhibe, na África, a habitual desenvoltura no trato com ditadores

Figura 4: Recorte de parte do editorial em *O Globo*
Fonte: *O Globo*, 6 de julho de 2010, p. 6

Esse quadro de ausência de notícias e de uma presença expressiva de uma única matriz, ambos configurando o silenciamento, apresenta uma notícia exemplar. A *Folha de S. Paulo*, que noticiou a criação da CPLP em

1996, sete anos depois, na edição do dia 12 de julho de 2003 traz um pequeno registro com o título: “Presidente propõe criação de bloco de países de língua portuguesa” (Figura 5). No texto dessa notícia, diz-se que Lula foi a Lisboa e sugeriu a criação de um bloco que teria o nome de CPLP, um bloco econômico e cultural que, para o jornal, não passaria de um “sonho” e que envolveria as nações que falam a língua portuguesa. Contudo, esse registro revela que a visita do presidente brasileiro a Portugal, “sonho a parte”, serviu apenas para que Lula consolidasse um relacionamento, que o primeiro ministro anfitrião, José Manuel Durão Barroso, definiu de “cumplicidade estratégica”. Além de noticiar o que já existia, a CPLP, o jornal acaba confirmando o silenciamento e a invisibilização dessa comunidade e dos países africanos e de Timor Leste na medida em que foca apenas Brasil e Portugal.

Presidente propõe criação de bloco de países de língua portuguesa

DO ENVIADO ESPECIAL A LISBOA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocou ontem mais um bloco no jogo diplomático brasileiro, destinado a construir relações com outros países do Sul para poder, em tese, melhor negociar com as nações ricas do Norte.

O novo bloco tem a sigla CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e é composto por oito países: Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

ciação Industrial Portuguesa.

O presidente sonhou alto com um entrelaçamento entre Mercosul, União Europeia e CPLP e disse que o Mercosul tem um PIB (Produto Interno Bruto, medida da renda de um país ou bloco) de US\$ 1 trilhão e representa “a quarta maior economia do mundo”.

O número, porém, precisa ser posto em perspectiva. O Mercosul é a quarta maior economia do mundo se a União Europeia for contada como um só país, em vez dos 15 que a compõem, alguns com economia maior que a do

prio, para consolidar um relacionamento que o primeiro-ministro anfitrião, José Manuel Durão Barroso, definiu como de “cumplicidade estratégica”.

Feliz com os resultados, Lula não deu importância à cobrança feita anteontem pelo presidente da Assembleia da República (Parlamento português), João Bosco Mota Amaral, que dissera estar chegando a “hora da verdade” para o governante brasileiro.

“Continuo na fase Lulinhã paz e amor. Estava mais preocupado com o que tinha a dizer para os

Figura 5: Recorte de parte de notícia na *Folha*
 Fonte: *Folha de São Paulo*, 12 de julho de 2003, p. 10

6. CONCLUSÃO: SILENCIAMENTO E DA INVISIBILIZAÇÃO

Considerar que o jornalismo maneja, torce, manipula silêncios e palavras a indicar um mundo inteligível não implica afirmar que ele define o mundo, que constrói o que seria a realidade. Recusamos essa visão midiacentrista, relembando que o jornalismo é apenas um entre os vários “operadores sócio-simbólicos” (Mouillaud, 1997). O que tentamos enfatizar é que refletir sobre o jornalismo é considerá-lo como experiência narrativa que se realiza nas relações sociais, atravessado por tensões, o que exige percebê-lo para além da planície. O convite não é para imaginar um mundo

fantástico, ilusório, paralelo, mas perceber no próprio objeto visível do jornalismo outras camadas que podem estar silenciadas e invisíveis. Essas faixas sobrepostas não estão enclausuradas no escuro, ao contrário, estão abertas a espera de interpretações e que podem comprometer um jornalismo visível como obra de encenação.

Enquanto algumas investigações a pergunta é *o que vemos aqui?* e as respostas revelam uma visibilidade material, a questão que nos mobilizou foi *o que não vemos aqui?* Nesse caso, as respostas também dão a ver uma materialidade positiva, ou seja, no movimento do silenciar e de invisibilização emergem *rastros* nas análises das expressões narrativas tornadas públicas. A proposta que surge é problematizar as presenças ausentes e/ou as ausências presentes no jornalismo.

Não se pode perder a atenção de que o jornalismo estabelece e participa de uma rede de seleções que faz falar e faz calar, que faz ver e faz não ver. Os mecanismos que fazem não aparecer temas, pessoas, imagens no jornalismo não são vistos apenas pela supressão, por uma *ausência* constante, mas também pela tagarelice, por um mostrar e um falar em um único tom a apresentar o mundo com um dizer totalizante, único, tentando evitar que se fale de outras formas, um processo de manipulação de palavras e de silêncios por *presença*.

Essas torções puderam ser observadas nas análises da cobertura, ou na falta dela, que os jornais brasileiros *Folha de S. Paulo* e *O Globo* dedicaram à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em seus 20 anos. A questão que se apresentou não foi do silêncio sobre a CPLP, ideia que algumas vezes utiliza-se de forma equivocada. O que temos em relação a essa comunidade é de um silenciamento construído dia a dia, e uma invisibilização que vai se confirmando mês a mês, ano a ano, década a década. Os leitores da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo* não conseguem fazer memória do que não existe.

Para além da invisibilização da CPLP, podemos perceber através dos *rastros* nas poucas notícias sobre essa comunidade, a construção de seu apagamento a partir do uso corrente de expressões que não permitem o seu conhecimento sobre ela, muito menos, o re-conhecimento. Nas raras notícias não há margem para que os leitores estabeleçam qualquer referência a possíveis relações históricas e identitárias entre o Brasil e as demais nações e povos da CPLP. Há uma presença de uma retórica escrita de ampla rejeição desse contato. Há uma aversão, nas poucas notícias, a uma comunidade majoritariamente africana, pobre, envolvida com guerras civis, ditaduras, corrupção e com drogas. Os únicos visíveis apontam para uma

lógica que apaga, silencia e recusa qualquer possibilidade de aproximação com o Brasil que, por sua vez, deve acertar seus passos com o moderno, com os centros do mundo globalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A política externa das más companhias (2010, 6 de julho). *O Globo*, p. 6.
- Canclini, N. (1997). *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Giacoaia Junior, O. (2014). Por horas mais silenciosas. In A. Novaes (Ed.), *Mutações: O Silêncio e a Prosa do Mundo* (pp. 79-96). São Paulo: Edições Sesc.
- Ginzburg, C. (2007). *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Góes, J. C. & Antunes, E. (2015). A (não) noticiabilidade da CPLP no Brasil: Jornalismo, memórias e identidades. *Revista Estudos de Jornalismo*, 5(1), 120-135. Retirado de http://www.revistaej.sopcom.pt/ficheiros/20160202-ej5_d3_v1_2015a.pdf.
- Goffman, E. (2012). *Os quadros da experiência social*. Petrópolis: Vozes.
- Gondim, A. (1997, 15 de julho). Africanos querem ter direitos iguais a portugueses no Brasil. *Folha de S. Paulo*, p. 4.
- Gros, F. (2014). Fazer calar e fazer falar o sexo. In A. Novaes (Ed.), *Mutações: O Silêncio e a Prosa do Mundo* (pp. 325-338). São Paulo: Edições Sesc.
- Hohlfeldt, A. (1998). Espiral do silêncio. *Revista FAMECOS*, 8, 36-47. Retirado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/5466>.
- Ilharco, A. & Murargy, M. (2014). *18 anos CPLP: os desafios do futuro*. Lisboa: CPLP. Retirado de <http://www.cplp.org/id-4431.aspx>.
- Marques, H. (1996, 16 de julho). FH: brasileiro pensa como caipira. *O Globo*, p. 3.
- McCombs, M. & Shaw, D. (2000). A função de agendamento dos media. In N. Traquina (Ed.), *O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento* (pp. 47-62). Coimbra: Minerva.
- Merleau-Ponty, M. (1991). *Signos*. São Paulo: Martins Fontes.

- Mouillaud, M. (1997). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora UnB.
- Novaes, A. (2014). Treze notas sobre o silêncio e a prosa do mundo. In A. Novaes (Ed.), *Mutações: O Silêncio e a Prosa do Mundo* (pp. 11-30). São Paulo: Edições Sesc.
- Orlandi, E. (2007). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora Unicamp.
- Presidente propõe criação de bloco de países de língua portuguesa. (2003, 12 de julho). *Folha de S. Paulo*, p. 10.
- Rossi, C. (1996, 14 de julho). FHC formaliza em Lisboa novo bloco. *Folha de S. Paulo*, p. 6.
- Shoemaker, P. & Vos, T. (2011). *Teoria do gatekeeping: construção e seleção da notícia*. Porto Alegre: Penso.
- Wolf, M. (2009). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Wolff, F. (2014). O silêncio é ausência de quê? In A. Novaes (Ed.), *Mutações: O Silêncio e a Prosa do mundo* (pp. 31-52). São Paulo: Edições Sesc.

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Mídia Dados Brasil (2015). Jornal – circulação de títulos filiados ao IVC. Grupo de Mídia: São Paulo. Retirado de <https://dados.media/#/dashboards/JOURNAL>.

Citação:

- Góes, J. C. (2017). Jornalismo, a torção dos silêncios e das palavras: o caso da CPLP no Brasil. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 119-139). Braga: CECS.